

174



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

**HABEAS CORPUS Nº 0008692-52.2014.8.17.0000 (0347359-4)**

**IMPETRANTE:** José Antonio Cavalcanti Dias Filho (OAB/PE nº 26.300)

**PACIENTES:** Elias Laurindo de Barros Júnior

Paulo Sérgio Vanderlei da Silva

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. EUCLYDES RIBEIRO DE MOURA FILHO

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA COMPROVADAS. DECRETO FUNDAMENTADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E PERICULOSIDADE DOS PACIENTES. PLEITO DE DEFERIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR A UM DOS PACIENTES. NECESSIDADE NÃO DEMONSTRADA. TRATAMENTO ADEQUADO DENTRO DA PRISÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO SINGULAR. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Provadas a materialidade e os indícios de autoria delitiva, mostra-se indicada a segregação cautelar dos pacientes, pois revelam eles personalidade voltada à prática de delitos e comportamentos violentos, sendo certo que o temor da comunidade, e, em especial das testemunhas do processo, justificam a prisão decretada com arrimo na garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal. Ademais, na esteira do entendimento pacificado pelo STJ, tem-se que a gravidade concreta do delito também é fator a justificar o cárcere cautelar.

2. Para a substituição da prisão preventiva pela domiciliar é necessário que se comprove tanto que o Paciente é portador de doença grave, como também que a unidade prisional não é capaz de prestar o devido atendimento, o que não ocorreu na presente hipótese;

175



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

3. Considerando que ação penal segue o seu trâmite e que inexistia desídia a ser imputada ao Magistrado singular na condução do feito, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo;
4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0008692-52.2014.8.17.0000 (0347359-4), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 14 de Setembro de 2014.

  
Des. Antônio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

**HABEAS CORPUS Nº 0008692-52.2014.8.17.0000 (0347359-4)**

**IMPETRANTE:** José Antonio Cavalcanti Dias Filho (OAB/PE nº 26.300)

**PACIENTES:** Elias Laurindo de Barros Júnior

Paulo Sérgio Vanderlei da Silva

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. EUCLYDES RIBEIRO DE MOURA FILHO

**RELATÓRIO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado pelo advogado José Antonio Cavalcanti Dias Filho, em favor de Elias Laurindo de Barros Júnior e Paulo Sérgio Vanderlei da Silva, apontando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca do Cabo de Santo Agostinho/PE e como processo de referência o feito tombado sob o NPU 0000928-69.2014.8.17.0370.

Na inicial de fls. 02/21, o impetrante narra que os pacientes foram indiciados pela suposta prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, incisos I e IV do Código Penal (homicídio qualificado pelo motivo torpe e pela utilização de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima). Relata que o paciente Elias encontra-se preso, mas que o paciente Paulo Sérgio ainda não foi capturado.

Sustenta que, no caso em apreço, não estão presentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva e que a liberdade dos pacientes não oferece qualquer risco à ordem pública, à aplicação da lei penal nem à conveniência da instrução criminal.

Defende que a prisão cautelar é a *ultima ratio* e que aos pacientes devem ser aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, pois os mesmos são primários e possuem residência fixa.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

Alega ainda que o paciente que está recolhido ao cárcere contraiu a doença chamada Tuberculose e que o presídio em que se encontra não possui o tratamento adequado para sua recuperação. Explica que, perante o primeiro grau, foi realizado pedido de prisão domiciliar para este paciente, no entanto, o pleito foi denegado pelo magistrado *a quo*.

Por fim, afirma que há excesso de prazo na condução do feito porquanto o paciente está encarcerado desde 10/02/2013 e, até o momento, a instrução não foi encerrada, em virtude de diligência requerida pelo *Parquet*.

Com esses argumentos, requereu a concessão liminar da ordem para que fossem revogadas as prisões preventivas dos pacientes ou para que fosse concedida prisão domiciliar para o paciente Elias Laurindo de Barros Júnior, ou ainda o relaxamento da prisão em face do excesso de prazo apontado, expedindo-se os competentes alvarás de soltura em favor dos mesmos. No mérito, pugna pela concessão da ordem em definitivo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 22/136.

Pleito liminar indeferido (fls. 143/145)

À fl. 156 constam as informações prestadas pelo Juízo apontado coator, acompanhadas dos documentos processuais de fls. 157/164.

Em seguida os autos foram com vista à Douta Procuradoria de Justiça, a qual, em parecer da lavra do Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. 167/170).

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

A presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar o suposto constrangimento ilegal suportado pelos Pacientes, conforme acima relatado.

Para melhor analisar o pleito, trazemos a lume síntese da inicial acusatória formulada pelo Ministério Público e também das informações prestadas pela autoridade apontada coatora nos autos do presente *mandamus*.

Consta da denúncia (fls. 24/27) que, “durante a madrugada do dia 06/10/2013, por volta das 20h, no interior da residência da vítima, localizada na Rua Cinco, bloco 08, apto. 03, Charnequinha, nesta cidade, os ora denunciados, surpreenderam JOSE LEONILDO GOMES – NIDO e, com vontade de matar, por motivo torpe e por meio que impossibilitou a defesa da vítima, desferiram contra ela vários disparos de arma de fogo, produzindo os ferimentos constantes no Laudo Pericial de fls. 27/39, os quais foram a causa eficiente da sua morte”.

Segundo informação presente na inicial acusatória, a motivação do crime seria desentendimentos oriundos de relações que envolvem vendas de drogas, pois a vítima, usuária, estaria devendo aos denunciados (traficantes).

A autoridade impetrada, ao prestar as informações de praxe no presente *Habeas Corpus* informou o que se segue (fl. 156):

“Os pacientes foram denunciados em 28/02/2014 (Doc. 01), com base em Inquérito Policial, como incursos nas penas do art. 121, §2º, I e IV, pela morte de Jose Leonildo Gomes. Narra a peça vestibular que os pacientes desferiram vários disparos de arma de fogo contra a vítima, em sua residência, mediante surpresa em decorrência de dívida de drogas. Recebida a denúncia, em 12/03/2014 (Doc. 02), em seus termos, decretado a prisão preventiva dos acusados, conforme requerimentos da autoridade policial e membro do Ministério Público. O paciente Elias Laurindo constituiu advogado e apresentou pedido de liberdade provisória, denegado por este Juízo (Doc. 03) e defesa



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

prévia. O paciente Paulo Sergio, foragido, foi citado por edital, constituiu advogado, apresentando defesa preliminar, os autos foram remetidos ao Ministério Público para falar sobre preliminares suscitadas pelos acusados”.

Pois bem.

Quanto à alegação de que a prisão preventiva foi decretada sem a presença dos seus pressupostos autorizadores, temos que não assiste razão ao impetrante.

Inicialmente, a autoridade impetrada revelou estar convencida da materialidade delitiva e também dos indícios suficientes de autoria. Depois, analisando as hipóteses legais que autorizam a prisão preventiva, se pronunciou da seguinte maneira: (fls. 97/98):

“Quanto à Representação da Autoridade Policial, encampada pelo Ministério Público, verifico que merece acolhimento. Isto porque, da análise dos autos, a decretação da prisão preventiva dos réus é imprescindível, visando o acautelamento da ordem pública e a conveniência da instrução criminal, nos termos do art. 312 do CPP, considerando as circunstâncias do cometimento do delito como exibido nos autos, além de que o crime atribuído aos acusados é de natureza hedionda e os autos indicam o envolvimento dos réus com o tráfico de drogas na localidade e com outros delitos de homicídios nesta cidade, intranquilizando a comunidade local, com sérios reflexos na ordem pública e até na instrução criminal, ante o temor que tais indivíduos causam aos cidadãos em geral e em especial às testemunhas que foram inquiridas e outras que possam ser. Conforme relato dos autos, vê-se que o *modus operandi* indica periculosidade dos agentes e propensão à prática delitiva, eis que demonstraram frieza, brutalidade e desprezo pela vida humana quando, por dívidas envolvendo o tráfico de drogas, segundo relatos destes autos, os



380

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

réus adentraram sorrateiramente, um pela porta da frente e o outro pela porta dos fundos da residência da vítima, onde se encontrava a filha desta de apenas seis anos de idade, a qual foi compelida pelos acusados a sair do local do delito, passando estes a deflagrar diversos disparos contra a vítima, suficientes a ceifar-lhe a vida, sem dar-lhe qualquer chance de defesa”.

Como se vê, a segregação cautelar dos pacientes foi determinada como forma de se garantir a ordem pública e também para a conveniência da instrução criminal.

Em um ou em outro caso, observa-se que o argumento principal que convenceu o Magistrado *a quo* a decretar a prisão é a reconhecida periculosidade dos pacientes que, supostamente envolvidos em uma série de delitos, entre os quais homicídios e tráfico de drogas, em liberdade trariam medo e inquietude à comunidade, especialmente às testemunhas dos autos.

Na jurisprudência, é amplamente admitida a prisão preventiva para garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal em hipóteses como a dos autos. Vejamos:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. TEMOR DAS TESTEMUNHAS. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.** 1. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. A custódia cautelar foi decretada especialmente para a necessidade da garantia da ordem pública, em decorrência de reiteração delitiva, pois o acusado responde a outros processos (por associação e por tráfico de entorpecentes), bem como ostenta condenação por roubo, figurando ainda como "investigado pelos crimes de



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

receptação e posse/porte ilegal de arma de fogo de uso restrito". 2. A segregação provisória também se justifica para a conveniência da instrução criminal, "uma vez que testemunhas estariam sendo ameaçadas, havendo a necessidade, inclusive de deixarem suas residências". 3. Recurso a que se nega provimento. (STJ - RHC: 48908 RS 2014/0141054-0, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 12/08/2014, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/08/2014) (grifo nosso).

Percebe-se, ainda, que a gravidade concreta do delito - os pacientes, denotando frieza, invadiram a casa da vítima pelos fundos e lá, depois de expulsarem a filha menor deste, concretizaram seus intentos homicidas - também serviu de justificativa para a decretação da prisão preventiva dos pacientes.

Além disso, a custódia cautelar do paciente Paulo Sérgio Vanderlei da Silva mostra-se também justificada, porquanto, ciente do processo e dos termos da acusação que lhe move o Ministério Público, tendo ele constituído advogado nos autos, permanece foragido do distrito da culpa.

Restando demonstrada a necessidade de manutenção da prisão preventiva dos pacientes, ao menos por ora, afasta-se, por consequência, a possibilidade de aplicação de qualquer das medidas cautelares diversas da prisão previstas no Código de Processo Penal.

No que pertine à alegação de que um dos pacientes, Elias Laurindo de Barros Júnior, estaria acometido de doença grave - Tuberculose - e que por isso faria jus a prisão domiciliar, temos que esta também não deve prosperar.

Compulsando os autos, de logo se verifica a impossibilidade de acolher-se o pedido do impetrante, e isso por uma questão simples: não foi acostado aos autos qualquer documento comprobatório do suposto estado de saúde do paciente. Sendo assim, tendo em vista a impossibilidade de dilação probatória em





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

sede de *Habeas Corpus*, ação constitucional de cognição sumária que vise sanar ilegalidades patentes, denega-se o pedido por falta de provas.

Ademais, segundo informou o próprio impetrante, o referido pedido já fora veiculado perante o juízo de piso, tendo este, na oportunidade acompanhado do Ministério Público, entendido que a prisão domiciliar não se fazia imperiosa, porquanto estaria o paciente sendo devidamente cuidado no estabelecimento prisional.

Percebe-se que a decisão do Magistrado *a quo* encontra-se em sintonia com o que vem decidindo os Tribunais Superiores, sendo certo que a prisão domiciliar só se justifica quando os cuidados oferecidos na prisão forem insuficientes. Nesse sentido trazemos recente julgado do STJ:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS JUSTIFICADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA VISANDO A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ELEVADA PERICULOSIDADE SOCIAL DO ACUSADO. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. RECORRENTE QUE RESPONDE OUTROS PROCESSOS POR CRIMES CONTRA A VIDA - QUATRO HOMICÍDIOS CONSUMADOS E UM TENTADO - ALÉM DE EVADIR-SE DO DISTRITO DA CULPA APÓS CONCESSÃO DE UMA LIMINAR. NEGATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA PELA PRISÃO DOMICILIAR JUSTIFICADA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. TESE NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO. - (...) - As instâncias ordinárias concluíram que apesar de os atestados médicos sugerirem que o estado de saúde do paciente exige cuidados, não há documento algum demonstrando que seu quadro clínico atende ao**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

**inciso II, do art. 318, do Código de Processo Penal. Acrescentam, ainda, que estão sendo adotadas todas as medidas necessárias ao acompanhamento clínico do paciente, o qual pode ser realizado na carceragem; nesse contexto, inviável a substituição da prisão cautelar por domiciliar. - A alegação de legítima defesa não foi submetida ou apreciada pelo Tribunal a quo, mostrando-se inviável a sua análise, diretamente por esta Corte, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância. - Recurso ordinário a que se nega provimento. (STJ, Relator: Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), Data de Julgamento: 17/12/2013, T6 - SEXTA TURMA) (grifo nosso).**

Por fim, analisemos a alegação de que há constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão do feito.

Segundo o impetrante, o paciente Elias Laurindo de Barros Júnior está preso desde o dia 10/02/2013, ou seja, há mais de 01 (um) ano e 05 (cinco) meses e até o presente momento a instrução processual não se encerrou.

Em primeiro lugar, é bom deixar claro que, tendo o crime ocorrido em outubro de 2013, não há como o paciente estar preso por este processo desde fevereiro daquele mesmo ano. De qualquer forma, convém esclarecer ainda que a prisão preventiva do paciente apenas foi decretada em 10/03/2014, tendo o mandado sido entregue ao paciente no dia 30/04/2014, conforme certidão constante dos autos (fl. 116-v).

Demais disso, no que toca ao contexto dos autos, temos que a complexidade do feito, que conta, inclusive, com réu foragido, e a proatividade do Magistrado *a quo*, que vem empregando esforços para encerrar a instrução processual o quanto antes, impedem falar-se em excesso de prazo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Como é de amplo conhecimento no meio jurídico, a questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto.

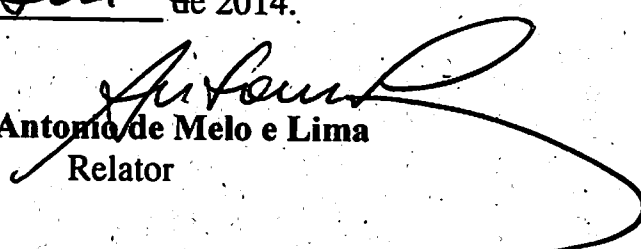
No mesmo sentido é o entendimento da Procuradoria de Justiça, expressado no parecer do ilustre Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho, como se vê no trecho abaixo colacionado (fls. 167/170):

“Acrescente-se, ainda, que não há que se falar em excesso de prazo, já que, no que tange ao andamento processual, conforme as informações prestadas, o processo vem tramitando de forma regular, empreendendo a autoridade dita como coatora o devido esforço referente à continuidade do feito. Ao contrário do que alega o Impetrante, o processo esta em seu curso normal. Ademais, como se sabe os prazos processuais não podem ser contados de forma rígida e aritmética, pois, como é cediço, na jurisprudência e doutrina pátrias, o princípio da celeridade do processo penal caminha ao lado do princípio da duração razoável dos atos processuais”.

Sendo assim, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado, em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 24 de  de 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator